

ESTADO DO PIAUÍ  
ESTADO DO PIAUÍ



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DO PIAUÍ-PI

CNPJ: 04.390.663/0001-10

RUA FRANCISCO DA COSTA VELOSO, S/N, CENTRO

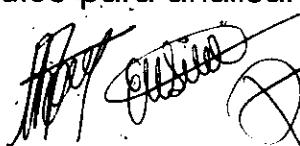
CEP. 64.105-000 / CABECEIRAS DO PIAUÍ-PI

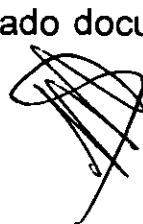
**ATA DA OCTOGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DE 2019 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DO PIAUÍ - REALIZADA NO DIA TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZENOVE**

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas e quinze minutos, no edifício da Câmara Municipal de Cabeceiras do Piauí-PI, situado na Av. Francisco da Costa Veloso, S/N centro, deu-se início à Octogésima Quinta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de dois mil e dezenove, sob a presidência da vereadora Presidente **MARIA CLEIDIANE OLIVEIRA SILVA**, secretariada pelo secretário da mesa **vereador RICARDO BARBOSA DE SOUSA**. Compareceram e assinaram o livro de presença da sessão os Vereadores **MARIACLEIDIANE OLIVEIRA SILVA, RICARDO BARBOSA DE SOUSA, RAIMUNDO NONATO BATISTA LAGES FILHO, SOLANGE MARIA PEREIRA, ELENITA MACEDO SILVA, MARIA DO CARMO RODRIGUES DE SOUSA, MARCOS TADEU DA COSTA SOUSA, FRANCISCA MARIA ALVES LIGÓRIO e FRANCISCO CLEMENTE VANDERLEY**. A presidente iniciou cumprimentando a todos. Sobre a proteção de Deus, havendo número legal, declarou aberta a Octogésima Quinta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo em três de junho de dois mil e dezenove. Posteriormente, solicitou ao secretário da mesa, vereador Ricardo Barbosa que fizesse a leitura da ata sessão do dia vinte e sete de maio de dois mil e dezenove.

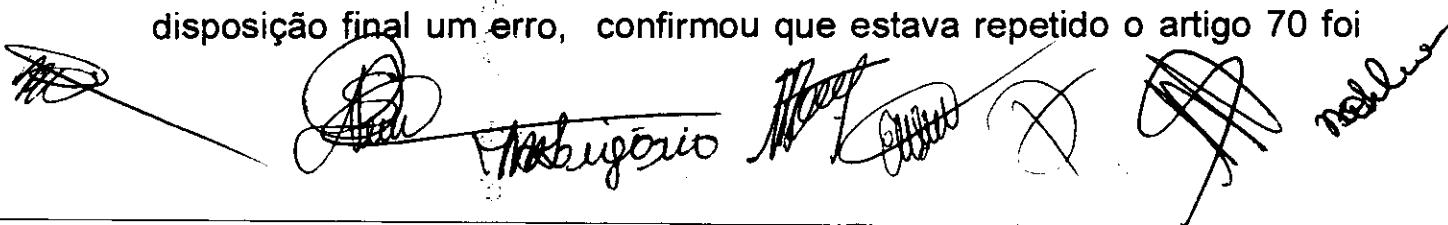
Após a leitura, a presidente colocou a mesma em discussão, não havendo discussão, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTES**: a presidente justificou sobre o atraso dos balancetes e apresentou a justificativa do executivo - documentos do escritório de contabilidade : cronograma de entrega dos balancetes seguido de protocolo da Associação dos contadores públicos do estado do Piauí , onde os mesmos pediram prorrogação do prazo de entrega dos balancetes, tendo em vista que o envio dos mesmos são pela plataforma, e essa plataforma começou a dar problema e não estava validando, disse que a prorrogação foi aceita, apresentou decisão do TCE – PI determinando a data de vinte e cinco de junho para os municípios enviarem os balancetes referentes ao mês fevereiro. A presidente avisou que os balançetes de janeiro e fevereiro encontravam-se na casa, em seguida, apresentou a Lei das Diretrizes Orçamentarias – LDO para o exercício 2020, convidou o secretário da mesa vereador Ricardo Barbosa que fizesse a leitura do projeto, após a leitura, a presidente disse que enviaria ofício à comissão de Legislação, Justiça e Redação Final encaminhando a LDO. Na sequência, disse que tinha um requerimento protocolado pela vereadora Elenita Macedo no dia 31 de maio, leu o requerimento sobre um indicativo de projeto de lei que dispõem do plano de cargo, carreira e salário PCCS pelos servidores públicos e municipais de saúde e administração do município de Cabeceiras do Piauí → PI, a presidente disse que ainda não tinha lido o referido projeto, perguntou à cada um dos vereadores presentes se já conheciam o projeto , como a maioria dos vereadores ainda não conheciam o indicativo de projeto de lei ; disse que a conclusão da mesa era que o documento fosse analisado por cada vereador e que na próxima sessão fosse colocado em pauta para discussão e votação, disse que pediu ao assessor jurídico para analisar o citado documento.

  
Jan  
Maiorino

  
Márcio  
Silva

  
rodolfo

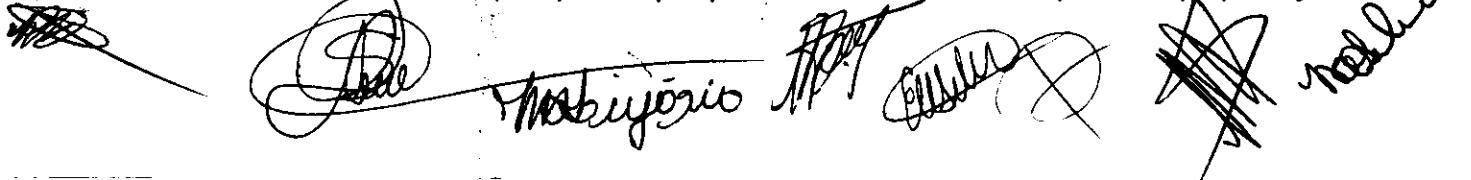
**ORDEM DO DIA:** foi colocado em segunda discussão e segunda votação o projeto que define os Benefícios Eventuais no âmbito da Assistência Social de Cabeceiras do Piauí, o projeto foi colocado em segunda discussão, não havendo discussão, foi colocado em segunda votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, abriu-se inscrição para o pequeno expediente, nenhum vereador se inscreveu. Dando continuidade, abriu-se inscrição para o grande expediente, inscreveu-se a vereadora Elenita Macedo e vereadora Maria do Carmo. Após a leitura dos inscritos, a presidente convidou a fazer uso da tribuna a vereadora Elenita Macedo. **Fez uso da tribuna à vereadora Elenita Macedo:** cumprimentou a todos e desejou uma boa noite, disse que mais uma vez os agentes de saúde vinham a esta casa e não tem o projeto aprovado, e falou que em outra sessão aconteceu a mesma coisa, disse que não tinha justificativa pois o documento foi protocolado na sexta-feira e que é falta de respeito e que não tem justificativa os vereadores não terem conhecimento do projeto, disse que a presidente deveria ter enviado aos vereadores para os mesmos analisarem, e não justifica que não tenha sido colocado em votação pois os vereadores não estão fazendo o seu papel, disse que protocolou a mais de 48 horas nesta casa, mas a presidente ainda não levou para o prefeito analisar, afirmou que conversou com todos os vereadores, exceto o vereador Filho Lages, por chegar depois da conversa e disseram por unanimidade por ser um projeto de lei onde o prefeito vai analisar e aperfeiçoar o projeto ou engavetar, o que a mesma acha que vai acontecer, falou que a motivou fazer esse projeto foram as várias reivindicações dos servidores, onde o senhor prefeito dizia que não o fazia pois não tinha assessoria disponível para fazer, onde buscou a assessoria do sindicato, montou o projeto, disse que a presidente não leu mas viu na disposição final um erro, confirmou que estava repetido o artigo 70 foi



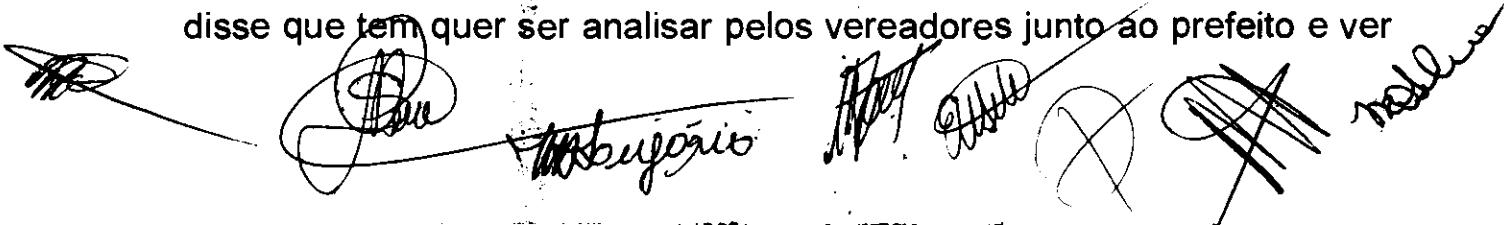
corrigido e não foi percebido a falha, disse que isso não impede a votação pois o projeto é apenas um indicativo, disse que é uma má vontade de enviar o projeto para o executivo, disse que a presidente tem o rabo preso e ela não, disse que o esposo da presidente recebe na prefeitura sem trabalhar, disse que quem faz isso é submisso ao prefeito, perguntou a todos se conhecem onde o esposo da presidente trabalha no município, viu na folha de pagamento o nome dele, disse que ficou indignada e que essa é a segunda vez que acontece nesta casa que os agentes de saúde vem e escuta que os vereadores não tinha conhecimento do projeto, disse que os cinco vereadores se reuniram antes da sessão, disse a sessão começou as dezoito e trinta e não chamou os demais vereadores como se não fizesse parte, disse que procurou o vereador Ricardo no dia trinta, protocolou na sexta, disse que foi falta de interesse, disse que não comunicou os outros pois não tinha contato, disse que o vereador Marcos Tadeu estava em Teresina, mas encaminhou o projeto para ele, disse que o projeto não foi votado por não ter passado pelo prefeito, disse que a justificativa da presidente é muito interessante, onde foi buscar reposta onde admite que as prestações não se encontravam nesta casa, disse que a presidente se omitiu em não dar o documento, que a mesma se comprometeu em está na terça-feira pela manhã para dar o documento, disse que a presidente não esteve na casa a semana toda pois esteve aqui a sua procura, disse que é fiscal do povo, voltando a falar das prestações de conta, disse que no documento onde o tribunal de conta orienta que os prazos é de sessenta dias, onde diz que associação dos contadores que fosse estendida os prazos para o envio dos documentos e foi acatado, onde seria entregue do mês de janeiro na data 23 de abril 2019, fevereiro 30 de abril de 2019, março 31 de maio de 2019, abril dia 1 de julho de 2019, disse que o tribunal de conta fez referencia a junho onde abriu

Migório

para as prefeituras podem está retificando as prestações que é diferente de entregar, questionou o mês de fevereiro pois no tribunal de conta consta que foi entregue nesta casa onde procurou e não o encontrou, disse que recebeu uma foto de uma forma debochada, onde os balancetes se encontravam dentro de uma caixa, onde a mesma constatou que não estavam na câmara; questionou o porque a presidente está dando documento falso na tribunal de conta, voltou a falar dos agentes de saúde e administração falou que o projeto foi baseado na lei municipal nº 08 de 1993 que diz como deve ser o plano de carreira dos servidores, disse que no artigo 79 da lei orgânica do município diz que município tem que regulamentar todos os servidores e seus planos de salários, no artigo 47 diz que todos os vereadores têm o direito de apresentar projetos complementares, viu que no artigo 48 diz quem regulamenta é o executivo as leis complementares, falou que a data da LDO está alterada pois a reunião foi dia 22 de maio e consta na data de 30 de abril, orientou aos servidores da saúde e administração a não virem na próxima segunda pois não sabe se vai ser colocado em votação, perguntou o porque não teve a leitura do indicativo de projeto pois todos os vereadores votariam contra ou a favor do projeto ou para possíveis modificações no projeto, disse que entrará com uma denúncia pois tem pessoas trabalhando e não recebe seus direitos, e outros recebendo sem trabalhar, pediu desculpas por ter retirado os funcionários da saúde e administração de suas casas e não ter o projeto votado. **Fez uso da tribuna à vereadora Maria do Carmo:** cumprimentou a todos e deseja uma boa noite, agradeceu a Deus por mais uma vez está na casa e a todos que estão na sessão, disse que se a população viesse à casa para saber como é a função do vereador como são feitas as votações, concordou com o vereador Marcos Tadeu em transmitir a sessão via rádio, disse que a proposta não foi aceita para a população



não ter acesso no que passa na sessão, questionou o fato de dizerem que há diferença entre oposição e situação, mas fizeram uma reunião só com os vereadores da situação, disse que imaginou os vereadores em uma forma de apresentar o projeto hoje onde o mesmo ia ser negado, disse que leu e releu o projeto e está de acordo pois busca melhorias para os servidores, disse que o prefeito não gosta de atender ao pedido não só da oposição como da situação, questionou o fato de não ter dado tempo ler o projeto e ser analisado, mas estão aguardando mostrar ao prefeito, lembrou de quando votavam nos reajustes dos agentes comunitários e endemias onde brigaram bastante para ser votados pois sabia que tinha pessoas o ameaçando para ser aprovado a votação, perguntou se eles tivesse pressionado o prefeito teria a aprovação hoje, disse que gostou do plano de carreira em relação da progressão salarial lembrou que em alguns anos atrás onde questionou muito em uma audiência que aumentassem o salário dos servidores onde não adiantou nada, achou muito interessante que subiu para 22% é uma situação que todos os vereadores deveriam ter visto e não foi colocado em votação porque não leram, notou que foi apenas lido o artigo 70, perguntou o que foi tão difícil que não poderia ter discutido com todos, pediu parte o vereador Marcos Tadeu: cumprimentou a todos e desejo uma boa noite, disse que o argumento usado pela mesa é sem fundamento, disse que cada requerimento é individual a cada vereador, os demais vereadores ficariam sabendo hoje, disse que a vereadora Elenita foi mais além e o procurou onde o mesmo estava em Teresina e pediu que fosse levado por uma amigo onde não chegou até ele, não significa dizer que o mesmo não estraria em pauta hoje ou na próxima segunda, que é apenas um requerimento se fosse um projeto para análise tudo bem, mas não é, não ver o porque do requerimento está sendo barrado, disse que tem quer ser analisar pelos vereadores junto ao prefeito e ver



o que vão fazer aqui na câmara, acredita que pode ser uma forma de está prejudicando os servidores, disse que os servidores não saíram de suas casas para ouvir um não, disse que isso é uma questão particular entre o prefeito e a vereadora presidente, que a ordem é não votar em coisas que possam comprometer o lado financeiro deles, disse que os vereadores de oposição não tem acordos com o prefeito assim como a vereadora presidente, disse que até foi convidado pelo grupo do prefeito, mas disse que não concorda com o modo como ele governa, não se submeteria a isso e que sua dignidade é maior que um salário. Pediu parte a vereadora Elenita Macedo: disse que foi sugerido pelos vereadores e servidores que o prefeito ficasse com o pen-drive lesse e fizesse as modificações que achasse necessário, disse que não entende o porquê o requerimento não ter entrado, disse que não conhece um requerimento que seja entregue ao vereador para ele levar para casa e seja votado na outra sessão, disse que os requerimentos que entram nesta casa em tempo hábil são lidos e discutidos e, às vezes, só tem conhecimento na hora que estão fazendo a leitura, disse que se sente desrespeitada nesta casa hoje. Retomou a palavra a vereadora Maria do Carmo: disse que quando se quer faz, que se os vereadores tivessem conhecimento do projeto não haveria essa discussão e sim estaria discutindo o projeto, disse que os vereadores não tem poder para aumentar receita, mas podem indicar e o prefeito analisar e mandar em forma de lei para ser votado nesta casa, porque é assim que se faz, disse que o prefeito não tem interesse de facilitar as coisas e nem de esclarecer, que vivemos em uma administração corrupta, disse que os vereadores da oposição são perseguidos para não mostrar a verdade ao povo. Sobre a justificativa da presidente em relação aos balancetes disse que não se convenceu, pois a câmara de Cabeceiras é digitalizada e deveriam está aqui, disse que esperou a presidente até as

Marcelo  
M. Góes

11 horas e a mesma não compareceu, pois acredita que a presidente não tinha as respostas para dar. Disse que agora ficarão de olho nas datas de chegada dos balancetes. Em seguida, a presidente, esclareceu que não está dizendo não ao projeto, que estaria mentindo se dissesse que leu a minuta, que o mesmo será colocado na próxima sessão, disse que cumpre com suas obrigações e que nunca desrespeitou nenhum vereador nem a ninguém. A mesma agradeceu a equipe da casa e ao público assistente, funcionários da saúde e administração, ao vice-prefeito, ex- vereador Ari Filho e a todos. Não havendo mais nada a tratar, declarou encerrada a Octogésima Quinta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo ocorrida em 03 de Junho de 2019, o que do ocorrido é lavrada a presente ATA que vai devidamente assinada.

Ricardo Barroso de Souza 1º secretário, subscrevo e assino. Sala das sessões da Câmara Municipal de Cabeceiras do Piauí- PI, 03 de Junho de 2019.

Presidente

Adelino Magno

Gilson

Neidson